

# AÇÃO DE ALIMENTOS E GUARDA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE \_\_\_\_\_

REQUERENTE: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

REQUERIDO(A): \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

## DOS FATOS

O(a) Requerente é genitor(a) do(a) menor \_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, conforme comprova a certidão de nascimento anexa.

O(a) menor reside atualmente com o(a) Requerido(a), que não vem cumprindo com suas obrigações alimentares e de guarda de forma adequada, causando prejuízos ao bem-estar, saúde e desenvolvimento do(a) menor.

O(a) Requerente busca a fixação de alimentos provisionais e definitivos, bem como a regulamentação da guarda e visitas, visando garantir direitos fundamentais do(a) menor.

## DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A presente ação encontra respaldo nos artigos 1.694 a 1.710 do Código Civil, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), especialmente nos artigos 4º, 22, 33 e 35, e no artigo 227 da Constituição Federal, que asseguram a proteção integral à criança e ao adolescente.

A obrigação alimentar é recíproca entre pais e filhos, devendo ser prestada na medida das

necessidades do alimentando e das possibilidades do alimentante.

A guarda deve ser regulada visando o melhor interesse do menor, podendo ser unilateral ou compartilhada, conforme previsto no artigo 1.583 do Código Civil.

## **DOS PEDIDOS**

### **Diante do exposto, requer-se:**

1. A concessão da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e do artigo 98 do CPC, por ser o(a) Requerente pessoa pobre na acepção jurídica do termo;
2. A citação do(a) Requerido(a) para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;
3. A fixação dos alimentos provisionais no valor de R\$ \_\_\_\_\_ mensais, a serem pagos pelo(a) Requerido(a) em favor do(a) menor \_\_\_\_\_, mediante depósito em conta bancária a ser informada;
4. A fixação dos alimentos definitivos em valor a ser arbitrado por este Juízo, observando as necessidades do(a) alimentando(a) e as possibilidades do(a) alimentante;
5. A regulamentação da guarda do(a) menor, determinando-se que esta seja ( ) unilateral em favor do(a) Requerente ( ) unilateral em favor do(a) Requerido(a) ( ) compartilhada, conforme melhor interesse da criança;
6. A regulamentação do direito de visitas do(a) genitor(a) que não detiver a guarda, com dias, horários e condições a serem estipulados por este Juízo;
7. A intimação do Ministério Público para acompanhar o feito, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente;
8. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal, pericial e oitiva do(a) menor, se necessário;
9. A condenação do(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
10. A expedição de ofícios aos órgãos competentes para fins de averbação da decisão que fixar a guarda e os alimentos.

Nestes termos,

Pede deferimento.



Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/acao-de-alimentos-e-guarda/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.